

Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Departamento de Sociologia - UnB

Programa de Disciplina:

Gênero, sexualidade, raça: Atualizações de teorias coloniais

Profa. Dra. Berenice Bento

Terças-feiras, das 14h00 - 18h00, ICS

E-mail: Berenice.bento1@gmail.com

Horário de atendimento: Quintas-feiras, 15h-16h (com agendamento prévio)

(Atenção: versão preliminar do programa)

Apresentação

A disciplina propõe uma análise sociológica crítica e integrada das categorias raça, gênero e sexualidade como tecnologias históricas e contemporâneas de poder, centrais na produção de hierarquias sociais, no governo das populações e na legitimação de regimes de controle, punição e morte. O curso examina como essas categorias operam, no contexto neoliberal, na constituição e manutenção do poder das potências econômicas.

O programa analisa criticamente a gestão neoliberal da diversidade, os limites e as potencialidades das políticas de reconhecimento, a coexistência entre inclusão simbólica e violência estrutural, bem como o papel do direito e dos direitos humanos (com recortes temáticos para gênero/sexualidade/raça) como linguagens de tensionamento e legitimação do poder.

Inicialmente, o curso dedicará atenção às disputas contemporâneas acerca dos sentidos de identidade/identitarismo. Ainda que tenha como objetivo principal discutir os mecanismos mediante os quais Estados e mercados se apropriam de um léxico identificável com a defesa dos direitos humanos das pessoas negras, das mulheres cis e das sexualidades e gêneros dissidentes, essa instrumentalização (conforme tentaremos discutir ao longo do semestre) não pode ser confundida com as agendas de luta de coletivos que organizaram identidades coletivas para reivindicar inclusão simbólica e justiça social.

Tentaremos compreender, ao longo do curso, a natureza da incorporação global do discurso da diversidade e das identidades historicamente construídas como deficitárias

(seja moral, racional e/ou emocionalmente) por Estados ocidentais e pelo mercado neoliberal.

Por séculos, a Europa acionou o binômio presença/ausência de alma como uma estrutura discursiva que forneceu as bases de legitimidade para a empresa escravagista. Ao longo do século XIX, nota-se um deslocamento: o fundamento religioso desloca-se para o âmbito científico. A superioridade dos povos europeus migra da alma para o corpo e encontra no determinismo biológico o fundamento para a reprodução de hierarquias e exclusões daqueles corpos antes considerados ausentes de alma, com considerável ampliação (por exemplo, as homossexualidades).

Pergunta-se: como saímos de um contexto em que discursos médicos e religiosos produziam corpos como inferiores e irracionais para outro tipo de configuração discursiva, na qual os centros, antes produtores do anormal e do irracional, tornam-se eles mesmos lugares produtores de leis e múltiplos discursos que visam proteger corpos criados por eles como abjetos? Como a proteção das identidades antes excluídas entra no projeto de nação e, mais ainda, como sua defesa se torna razão suficiente para produzir uma linha demarcatória entre o mundo civilizado e o mundo da barbárie?

A primeira hipótese seria apostar na transformação da consciência coletiva da sociedade, com efeitos visíveis na esfera do Estado e do mercado. O que tentaremos investigar ao longo do curso segue um caminho distinto. Sugerimos que estamos diante de um novo conteúdo global organizado para manter fronteiras simbólicas, com efeitos objetivos no mundo material, entre civilizados e selvagens. Entre os dispositivos da salvação (dotar um corpo de alma) e os de cura (trazer o corpo considerado anormal para o mundo da normalidade), agora trata-se de atuar sobre populações — não mais apenas sobre o corpo do gay, o corpo negro ou o corpo da mulher — mas de apontar como fundamental a defesa de seus direitos, porque essa nova forma de gestão torna-se um indicador de civilização e saúde democrática.

Ainda que estejamos observando tensões e contradições internas nos países ocidentais que se apresentam como defensores dos direitos humanos, o foco de nossa análise não ficará restrito ou limitado a essas contradições. Partimos do pressuposto de que elas existem e de que há um intenso campo de luta interno aos países ocidentais. No entanto, o que nos interessa mais de perto é tentar responder quais são as estruturas discursivas que garantem apoio e legitimidade à continuidade das políticas de controle e ocupação por parte dos países ocidentais.

Iniciaremos o curso com discussões atravessadas (ainda que muitas vezes isso não seja explicitado) por concepções distintas de poder. Os sentidos que conferimos ao poder — o que é, onde se localiza, como se produz e se reproduz, como interrompê-lo — tornam-se uma espécie de mapa que nos orienta na interpretação das posições conferidas às lutas específicas, em suas articulações com dimensões globais (seja numa perspectiva domesticada/instrumentalizada, seja numa perspectiva interseccional das opressões e das lutas políticas por justiça social). Com o objetivo de delimitar os campos teóricos nos quais a disciplina se situará, teremos dois módulos introdutórios sobre “poder” e “identidade/identitarismo”.

II - Objetivos

Objetivo geral

Analisar de forma articulada como raça, gênero e sexualidade operam como tecnologias de poder na produção e reprodução das fronteiras entre “mundo civilizado e mundo selvagem”.

Objetivos específicos

- Analisar conceitos divergentes sobre a categoria “poder”;
- Entender como as identidades que se constituírem como marcadas e instituídas pelo biológico (gênero, raça e sexualidade) se organizaram em movimentos sociais singulares;
- Compreender raça, gênero e sexualidade tornaram recursos de poder dos países ocidentais, com efeitos multisituados;
- Analisar o Estado, articulado com o mercado, como produtor de hierarquias e violências diferenciais;
- Discutir a importância e limites das políticas de direitos, diversidade e reconhecimento.

III - Estrutura do Curso e Cronograma

SEMANA 1 – APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA DO CURSO – 17/03

SEMANA 2 – Afinal, o que é o Poder? 24/03

Considerável energia intelectual já foi despendida para definir o que é “poder”. Seja como probabilidade de impor a própria vontade (M. Weber); como relação, capilar e produtiva (M. Foucault); capacidade de uma classe social impor e universalizar sua visão de mundo, uma vez que controla os meios necessários para produzir as verdades (K. Marx). O curso priorizará os conceitos de poder em K. Marx e M. Foucault. Essa escolha será fundamental para situarmos os debates contemporâneos em torno dos sujeitos coletivos que trazem para cena público dimensões singulares de suas existências dotando-as de gramáticas morais e políticas originais. Em Marx, o poder não se apresenta como categoria abstrata, mas como relação social materialmente situada, fundada na luta de classes, na organização do Estado e na coerção econômica. Em Foucault, esse poder se desloca para uma analítica das práticas, dos corpos e dos saberes, revelando seus modos capilares de funcionamento. Na próxima unidade, poderemos observar como as diferentes posições em torno do que é o “poder” produzirá leituras distintas sobre o lugar que lutas políticas singulares (em torno de um determinado eixo da experiência) desempenham na transformação social.

Leituras obrigatórios:

Michel Foucault

- Vigiar e Punir, Parte III
- História da Sexualidade I, capítulo “O direito de morte e o poder sobre a vida”

Karl

Marx

A Ideologia Alemã - Parte I – “Feuerbach”.

O 18 de Brumário de Luís Bonaparte

Bibliografia complementar:

Quijano, Aníbal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*.

Foucault, Michel. *Em defesa da sociedade*.

Marx, Karl. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*

Marx, Karl. *O Capital. Tomo I*

Althusser, Louis. *Ideological State Apparatuses*.

Poulantzas, Nicos. *Political Power and Social Classes / State, Power, Socialism*

Bogo, Ademar. *A superação do poder político em Marx* (tese/monografia)

https://repositorio.unifesp.br/items/5f13dbff-273b-4802-9102-8d25b4e14aed?utm_source=chatgpt.com

Gramsci, A. Cadernos do Cárcere. Cadernos sobre o Estado e a hegemonia (especialmente Caderno 6, 8 e 13)

Bento, Berenice. A guerra demográfica: genocídio, genocidade e necrobiopoder, in: Abjeção: a construção histórica do racismo. São Paulo: Cult, 2024.

Metodologia da aula: aula expositiva.

SEMANAS 3 e 4 – Lutas identitárias e controvérsias contemporâneas. (31/03 e 07/04)

O debate sobre o alcance dos movimentos sociais que se organizam em torno de uma experiência de exclusão singular e passaram ser reconhecidos como “lutas identitárias”, tornou-se um dos grandes temas teóricos e políticos da contemporaneidade. Problematisa-se, por exemplo, 1) o caráter fragmentário e seus limites de crítica ao capitalismo; 2) uma possível substituição das lutas por redistribuição em favor do reconhecimento. Por outro lado, os sujeitos coletivos identitários desenvolvem críticas ao universalismo de categorias teóricas e políticas (como classe social), que tem se mostrado como um recurso de reprodução das relações de poder nos marcos da sexualidade, gênero e raça.

Leituras obrigatórios:

Brown, Wendy - "Estados de Lesão: Poder e Liberdade na Modernidade Tardia". (capítulos a serem selecionados)

Brown, Wendy - Nas ruínas do neoliberalismo (capítulos a serem selecionados)

Haider, Asad – Armadilhas da identidade (todo livro)

Colling, Leandro. A emergência de novos discursos críticos as identidades: obras, pistas e hipóteses. Revista História. No prelo

Barros, Douglas. O que é identitarismo. Vozes (selecionar capítulos)

Bibliografia complementar:

FRASER, Nancy. O velho está morrendo e o novo não pode nascer. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

(incluir outras referências)

Aula expositiva

SEMANAS 5 e 6 – Da invenção moderna da raça ao Black Money – (14/04, 28/04)

O chamado **Black Money** — termo que circula tanto como slogan político quanto como estratégia de mercado voltada ao fortalecimento do consumo e do empreendedorismo negro — tem sido celebrado como instrumento de autonomia econômica e enfrentamento ao racismo estrutural. No entanto, também recebe críticas consistentes. Parte dos questionamentos aponta que, ao enfatizar a circulação de recursos dentro da própria comunidade, o discurso pode ser capturado por uma lógica neoliberal que desloca o foco das transformações estruturais — como reforma tributária, políticas públicas redistributivas e combate às desigualdades sistêmicas — para soluções centradas no consumo, na responsabilização individual e no ideário do mérito. Além disso, há o risco de que grandes empresas se apropriem do conceito apenas como estratégia de marketing identitário, esvaziando seu potencial político. Assim, embora o **Black Money** possa fortalecer redes solidárias e ampliar a visibilidade de negócios negros, seu impacto tende a ser limitado se não estiver articulado a projetos coletivos mais amplos de justiça social e transformação das bases econômicas da desigualdade racial.

Leituras obrigatórias.

DIAS, Matheus Felipe Gomes. A carne mais barata do mercado é a carne negra: identidade, empreendedorismo e política neoliberal. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, 2025. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/52862>>. (escolher capítulos)

Robinson, Cedric. *Black Marxism*. (selecionar capítulos)

Fanon, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*.

Bibliografia complementar.

Davis, Ângela. Mulheres, Raça, classe. São Paulo: Boitempo, 1981.

Dawson, Michael C.; Francis, Megan Ming. Black politics and the neoliberal racial order. *Public Culture*, v. 28, n. 1, p. 23-62, 2016.

Mckinsey & CO. Relatório - A diversidade importa cada vez mais: o valor do impacto holístico. McKinsey & Co., 2023. Disponível em: <<https://www.mckinsey.com/featured-insights/destaques/a-diversidade-importa-cada-vez-mais-o-valor-do-impacto-holistico/pt>> Acesso em: Ago. 2024.

Polese, Pablo. Machismo, racismo, capitalismo identitário: as estratégias das empresas para as questões de gênero, raça e sexualidade. São Paulo: Hedra, 2020.

Wingfield, Adia Harvey; Taylor, Taura. Race, gender, and class in entrepreneurship: intersectional counterframes and black business owners. In: *Intersectionality and Ethnic Entrepreneurship*. Routledge, 2018. p. 124-144

Seminário I

SEMANAS 7 e 8 – Neoliberalismo, gênero e feminismo (05/05, 12/05)

Nas últimas décadas, parte do feminismo hegemônico (também denominado *purplewashing*) — sobretudo em sua vertente liberal — estabeleceu uma aliança ambígua com o neoliberalismo ao priorizar pautas de ascensão individual, empreendedorismo e representatividade corporativa em detrimento de agendas redistributivas e de transformações estruturais. Essa crítica sustenta que a linguagem da “autonomia”, do “empoderamento” e da “meritocracia” foi progressivamente incorporada por mercados e governos, convertendo demandas feministas em estratégias de gestão e marketing. No plano internacional, o apoio de algumas feministas estadunidenses à intervenção no Afeganistão após 2001 é frequentemente citado como exemplo de como a retórica dos direitos das mulheres pode ser instrumentalizada para legitimar agendas geopolíticas e militares, reforçando uma lógica imperial sob o signo da libertação feminina. Nesse enquadramento, o feminismo deixa de operar como força crítica das estruturas de poder e passa a funcionar como discurso compatível com a racionalidade neoliberal, que desloca

a centralidade da justiça social para a responsabilização individual e para a integração seletiva de algumas mulheres às hierarquias existentes.

Leituras obrigatórias:

Abu-Lughod, Lila. As mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação? precisam realmente de salvação? Reflexões antropológicas sobre as reflexões antropológicas sobre o relativismo cultural e seus Outros. Revista Estudos Feministas. <https://www.redalyc.org/pdf/381/38123140006.pdf>

Dardot, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

Harvey, David. O Neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

Bento, Berenice. Afeganistão: mulher-moeda e o mercado moral global, in: Direito, neoliberalismo e transversalidades críticas, Fortaleza: EDUFC, 2025.

Zacaria, Rafia. Contra o feminismo branco. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021. (definir capítulos)

Bibliografia Completar:

Lugones, María. *Colonialidade e gênero*.

Spivak, Gayatri C. *Pode o subalterno falar?*

Bento, Berenice. Gênero: uma categoria útil de análise?, in: in: Abjeção: a construção histórica do racismo. São Paulo: Cult, 2024.

Seminário II

SEMANAS 9 e 10 – Sexualidades dissidentes e homonacionalismo (19/05, 26/05)

Parte do movimento LGBT — especialmente em países do Norte global — se articulou a projetos nacionais e agendas estatais que promovem determinados direitos sexuais como marca de superioridade civilizatória. Assim, o reconhecimento jurídico de casamentos entre pessoas do mesmo sexo, a inclusão limitada nas forças armadas ou a visibilidade midiática de sujeitos gays brancos e de classe média passam a funcionar como evidência de modernidade e democracia, enquanto outras populações — imigrantes, muçulmanos,

racializados — são construídas como atrasadas ou ameaçadoras. O movimento deixa de operar apenas como força contestatória e passa a integrar dispositivos de poder que legitimam políticas securitárias, militarização e exclusões raciais. A adesão ao ideário nacional, será conceituado como “homonacionalismo”, pela pesquisadora Japir Puar. No contexto do “homonacionalismo” não se problematiza como certos segmentos do movimento podem ser incorporados ao Estado e ao neoliberalismo, produzindo inclusão seletiva e reforçando hierarquias globais e internas. Veremos como o homonacionalismo adquirir contornos singulares em Israel, mais conhecido como “pinkwashing”.

Leituras obrigatórias

Puar, Jasbir. Agenciamentos terroristas: homonacionalismo em tempos queer (capítulos selecionados).

(inserir textos de queers palestinos)

Massad, Joseph. Árabes desejantes. Annablume. 2023. (selecionar capítulos)

Leituras complementares:

Definir

Seminário III

SEMANA 11: Casos 02/06

Casos:

UBER

IBN

Seminário IV

SEMANA 12 – Direito, segurança e liberalismo sob violência (VER) 09/06

O discurso da diversidade foi incorporado ao léxico jurídico por meio de políticas, normas e decisões que reconhecem diferenças de gênero, raça, orientação sexual e outras identidades, legitimando a igualdade formal e a inclusão simbólica; contudo, precisamos

verificar: na prática, se observa alterações substanciais nas estruturas de poder? As desigualdades institucionais foram alteradas? O direito pode ser transformado em uma linguagem de normatização de desigualdades?

Leituras obrigatórias

Esmeir, Samera. *Dizer e pensar uma vida além do que o colonialismo de assentamento fez*. Editora Tabla, 2023.

Sobre a colonialidade do direito moderno.

Ahmed, Sara. *Inclusão e difusão: feminismo e política da diversidade* pela Editora Elefante, 2021.

Complementar:

Erakat, Noura. *Justice for Some*.

Seminário V

SEMANA 13 – O direito humanitário e a reprodução das relações coloniais com o “outro”. 16/06

O direito humanitário, embora se apresente como um instrumento de proteção universal em contextos de conflito, frequentemente contribui para a reprodução de desigualdades estruturais ao consolidar categorias legais, prioridades e práticas moldadas por poderes hegemônicos: sua formulação e aplicação tendem a refletir interesses estatais e mapas geopolíticos eurocêtricos, legitimando respostas diferenciadas conforme a visibilidade e o valor político das vítimas; além disso, a burocratização da assistência, a dependência de ONGs e agências internacionais e a seletividade na intervenção e responsabilização reforçam hierarquias pré-existentes, limitando o acesso equitativo à proteção e naturalizando relações assimétricas de poder sob a aparência de neutralidade técnica.

Leituras obrigatórias:

Didier Fassin, *Humanitarian Reason: A Moral History of the Present* (2012, English translation) – (selecionar capítulos)

Complementar:

Michael Barnett, *Empire of Humanity: A History of Humanitarianism* (2011),

Michael Barnett & Thomas G. Weiss (eds.), *Humanitarianism in Question: Politics, Power, Ethics* (2011) ;

David Kennedy, *The Dark Sides of Virtue: Reassessing International Humanitarianism* (2004) ;

David Rieff, *A Bed for the Night: Humanitarianism in Crisis* (2002);

Alex de Waal, *Famine Crimes: Politics & the Disaster Relief Industry* (2015);

James Ferguson, *The Anti-Politics Machine: Development, Depoliticization, and Bureaucratic Power in Lesotho* (1994);

Ilana Löwy & Elizabeth F. Cohen (eds.), (seções sobre ONGismo e tecnocracia);

Todd Miller, *Empire of Borders* (2020).

Seminário VI

SEMANA 14, 15 – Paper 23/06, 30/06

ENTREGA DO PAPER – 01/07

IV - Metodologia

- Seminários intensivos
- Leituras obrigatórias semanais
- Discussão orientada por questões teóricas
- Ênfase em articulação teoria–empíria

V - Avaliação

- Seminários (30%)
- Relatórios dos seminários (20%)
- Artigo final (50%)

VI- DESENVOLVIMENTO E AVALIAÇÃO

O programa será desenvolvido por meio de aulas expositivas, seminários e discussões dirigidas.

Aulas expositivas: a professora fará uma exposição dos textos indicados por cerca de 60 minutos. Logo depois, teremos um intervalo de 15 minutos. Retornamos para as questões e interpretações das leituras individuais dos/as estudantes.

Seminários: Apresentação: 45- 60 minutos. Intervalo. Comentários da professora. Comentários dos/as estudantes.

Presença:

O curso é um presencial.

O/a estudante deve ter, no mínimo, **75% de presença das aulas.**

Sobre o trabalho escrito final (5,0):

- 1) Não serão aceitos projetos ou relatos de pesquisa ou trabalhos empíricos.
- 2) O texto deve ser inédito e contemplar a bibliografia do curso, especialmente, aquela designada como leitura obrigatória. Assim, no mínimo, **50% da bibliografia básica devem ser mobilizadas para realização do trabalho.**
- 3) O trabalho escrito deve ter entre 10 e 12 páginas (excluindo capa e bibliografia).
Formatação: time new roman, espaçamento: 1,5, margens direita/esquerda/superior/inferior: 2,0.
- 4) Não serão aceitos trabalhos escritos por inteligências artificiais.

Sobre o seminário (2,0):

A atividade do seminário é obrigatória para todos e todas discentes da disciplina e repousa sobre duas partes: apresentação oral e um texto/exposição a ser entregue aa professora no dia do seminário. O texto não é individual, mas sim do grupo;

- 1) Trabalho escrito (entre 4-5 páginas);
Texto do grupo deve refletir leituras aprofundadas dos textos lidos. **(Entrega no dia do seminário)**
- 2) Exposição do grupo (entre 45-60 minutos)

- 3) Na apresentação dos/as autores/autoras lidos/as é possível usar suporte de PowerPoint ou distribuição de plano da exposição ao público presente. A estruturação da apresentação dos textos e a articulação das partes devem girar em torno de um eixo problematizado pelo grupo que perpassa os textos lidos.
- 4) Constar a biografia do autor ou da autora.
- 5) Apresentar críticas, desacordos ou adesões às teses dos autores/das autoras e suas justificações;
- 6) Propor questões que devem ser discutidas com o público presente.

Sobre o relatório dos seminários (2,0):

- 1) Para que os relatórios tenham a qualidade esperada, não basta assistir aos seminários, é fundamental a leitura dos textos apresentados, caso contrário, a avaliação dos seminários não será eficiente. Questões que devem ser consideradas no relatório:
 - O grupo apresentou de forma clara e objetiva as teses dos textos?
 - Os/as expositores/as apresentaram de forma coerente e unitária (ou seja, foi possível se notar que a leitura dos textos foi realizada integralmente por todos os membros do grupo)?
 - Apresentaram questões e críticas pertinentes às teses do texto;
 - Pontos fortes e frágeis do seminário?
 - Em uma escala de 0 – 10, qual a nota deve ser atribuída ao grupo?
 - Fazer um comentário sobre o conteúdo dos textos apresentados.
- 2) Os relatórios devem ter, no máximo, **três páginas**.
- 3) Os/as responsáveis pela apresentação do seminário não precisam entregar relatório (deve entregar a professora o trabalho escrito (conforme explicado acima)).

Atenção: É PROIBIDO GRAVAR AS AULAS.